5º CONGRESSO UFU DE CONTABILIDADE
19 e 20 de outubro de 2023
Uberlândia-MG

EFEITO DO RECONHECIMENTO DE PROVISÕES NO DESEMPENHO ESG: UMA ANÁLISE EMPÍRICA DAS COMPANHIAS ABERTAS BRASILEIRAS

Larissa Ribeiro Soares (UFU) - larissaribeiro.00@hotmail.com

Denise Mendes da Silva (UFU) - denise.mendes@ufu.br

Dermeval Martins Borges Júnior (UFG) - dermevaljr14@gmail.com

Resumo:

O objetivo deste estudo consiste em relacionar o reconhecimento de provisões e o desempenho ambiental, social e de governança nas companhias abertas brasileiras listadas na B3 que possuem score ESG na base Refinitiv, no período de 2014 a 2022. O score ESG reflete o desempenho ambiental, social e de governança das empresas. A metodologia adotada é descritiva, com abordagem quantitativa e utilização de dados secundários, a partir de bases de dados. A amostra é composta por 97 empresas. A principal contribuição do estudo reside em preencher uma lacuna na literatura correlata, ao dar foco em como as informações consideradas voluntárias refletem as informações financeiras (obrigatórias), pelo prisma das provisões. Em âmbito prático, pode possibilitar que os usuários das informações contábeis ponderem sobre o desempenho financeiro, ambiental, social e de governança das companhias, a fim de obterem melhores decisões de alocação de capital. Verificou-se que 94% das empresas da amostra reconheceram provisões no período em foco. Os resultados confirmam os estudos correlatos à Teoria do Disclosure, demonstrando que empresas maiores, mais rentáveis e endividadas, listadas em nível mais alto de Governança Corporativa tendem a divulgar mais informações voluntárias, que, neste estudo, refletem melhor desempenho ESG, ambiental, social e de governança. O reconhecimento de provisões apresentou efeito positivo no desempenho de governança, mas não houve influência no score geral de ESG, nem nas dimensões ambiental e social. Possíveis explicações podem estar atreladas ao ambiente institucional do país, mercado de capitais emergente, maior preocupação com os reflexos financeiros presentes e futuros das provisões.

Palavras-chave: *Provisões; ESG; Desempenho*

Área temática: *Contabilidade para Usuários Externos*

EFEITO DO RECONHECIMENTO DE PROVISÕES NO DESEMPENHO ESG: UMA ANÁLISE EMPÍRICA DAS COMPANHIAS ABERTAS BRASILEIRAS

Resumo
O objetivo deste estudo consiste em relacionar o reconhecimento de provisões e o desempenho ambiental, social e de governança nas companhias abertas brasileiras listadas na B3 que possuem score ESG na base Refinitiv, no período de 2014 a 2022. O score ESG reflete o desempenho ambiental, social e de governança das empresas. A metodologia adotada é descritiva, com abordagem quantitativa e utilização de dados secundários, a partir de bases de dados. A amostra é composta por 97 empresas. A principal contribuição do estudo reside em preencher uma lacuna na literatura correlata, ao dar foco em como as informações consideradas voluntárias refletem as informações financeiras (obrigatórias), pelo prisma das provisões. Em âmbito prático, pode possibilitar que os usuários das informações contábeis ponderem sobre o desempenho financeiro, ambiental, social e de governança das companhias, a fim de obterem melhores decisões de alocação de capital. Verificou-se que 94% das empresas da amostra reconheceram provisões no período em foco. Os resultados confirmam os estudos correlatos à Teoria do *Disclosure*, demonstrando que empresas maiores, mais rentáveis e endividadas e listadas em nível mais alto de Governança Corporativa tendem a divulgar mais informações voluntárias, que, neste estudo, refletem melhor desempenho ESG, ambiental, social e de governança. O reconhecimento de provisões apresentou um efeito positivo no desempenho de governança, mas não houve influência no score geral de ESG, nem nas dimensões ambiental e social. Possíveis explicações podem estar atreladas ao ambiente institucional do país, mercado de capitais emergente, maior preocupação com os reflexos financeiros presentes e futuros das provisões.

Palavras-chave: Provisões; ESG; Desempenho.

Área temática do evento: Contabilidade para Usuários Externos

Agradecimento: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

1 INTRODUÇÃO

A ascensão das pautas e discussões em torno do *disclosure* de informações relacionadas à Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e aos aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG) ou, em inglês, *Environmental, Social and Governance* (ESG), tem sido observada no mercado financeiro. Isso se deve à percepção da necessidade de avaliar os impactos das atividades organizacionais e à cobrança dos *stakeholders* para obterem informações cada vez mais transparentes e condizentes com a realidade empresarial (RAIMO et al., 2021; CHRISTENSEN; SERAFEIM; SIKOCHI, 2022).

O reporte dessas informações é justificado pelas vantagens adquiridas pelas instituições ao aplicarem práticas sustentáveis na gestão de seus negócios, refletindo uma boa imagem para a comunidade (RIBEIRO et al., 2019). Diferentes estudos, tanto na literatura nacional quanto internacional, buscam evidenciar a interligação entre a adoção das divulgações voluntárias, referentes à RSC, e as práticas ambientais, sociais e de governança (ANDREU-PINILLOS;

FERNÁNDEZ-FERNÁNDEZ; FERNÁNDEZ-MATEO, 2020; BERGAMINI JUNIOR, 2021; RAIMO et al., 2021).

As divulgações de caráter voluntário estão embasadas na tentativa de reduzir os conflitos de agência, minimizando a assimetria das informações e ampliando a confiabilidade do que está sendo reportado. A ascensão da RSC favoreceu a criação de índices (scores) ESG, para mensurar o desempenho das empresas em relação às divulgações voluntárias, envolvendo as práticas ambientais, sociais e de governança. Os scores ESG podem ser obtidos por meio de bases de dados em plataformas como: Bloomberg (Bloomberg ESG Disclosure Score); Thomson Reuters (Refinitiv ESG Data) e Morgan Stanley (MSCI ESG Indexes) (MARTINS; CUNHA, 2022).

Os determinantes dos scores ESG têm sido alvo de estudos, como os de Drempetic, Klein e Zwergel (2019), Crespi e Migliavacca (2020), Sharma Panday e Dagwal (2020), Elafify (2021), Rahman e Alsayegh (2021), Abdi, Li e Càmara-Turull (2022). Esses estudos concluíram, dentro dos contextos analisados, que variáveis como tamanho da empresa, rentabilidade, desenvolvimento econômico e social do país, desempenho financeiro e de mercado, alavancagem, independência e tamanho dos conselhos estão relacionadas com o *disclosure* ESG ou scores ESG.

As divulgações voluntárias refletem informações narrativas, em relatórios específicos, como os Relatórios Anuais, de Sustentabilidade, Relato Integrado, entre outros, porém é importante lembrar que os impactos ambientais, sociais e legais podem estar reconhecidos, também, nas Demonstrações Financeiras, por meio das provisões. Denota-se, portanto, uma possível relação entre o reconhecimento de provisões e o desempenho (score) ESG nas companhias. Contudo, os estudos anteriores mencionados não abordaram essa perspectiva de maneira integrada, ocasionando uma lacuna na literatura.

Essencialmente, as provisões são designadas como obrigações presentes com valores estimados, tendo uma provável saída de recursos para financiar as obrigações (RIBEIRO et al., 2019; BERGAMINI JUNIOR, 2021). No que se refere às provisões, encontram-se estudos que as relacionaram com: (i) governança corporativa (Acar e Ozkan, 2017); (ii) rentabilidade (Silva, Araújo e Santos, 2018); (iii) nível de *disclosure* ambiental (Ribeiro et al., 2019); (iv) qualidade da informação contábil (Santos et. al., 2023).

Dessa forma, este estudo se propõe a demonstrar como as informações narrativas, constantes em relatórios considerados de natureza voluntária, que são refletidas no desempenho (score) ESG, são impactadas pelas informações financeiras, de natureza obrigatória, englobando todos os tipos de provisões reconhecidas pelas companhias, bem como as três dimensões do score ESG (ambiental, social e governança). Sendo assim, formula-se a seguinte questão de pesquisa: **Qual a relação entre o reconhecimento de provisões e o desempenho ambiental, social e de governança nas companhias abertas brasileiras?**

O objetivo deste estudo consiste em relacionar o reconhecimento de provisões e o desempenho ambiental, social e de governança nas companhias abertas brasileiras. Para isso, são investigadas as companhias listadas na B3 que possuem score ESG na base Refinitiv no período de 2014 a 2022, ou seja, que engloba todos os anos com os dados necessários à pesquisa publicamente disponíveis. O score ESG reflete o desempenho ambiental, social e de governança das empresas.

Ao se pensar na relevância de informações em torno do *disclosure* de RSC, vinculado às práticas ESG, verifica-se uma oportunidade para identificar as possíveis relações inerentes às provisões e o desempenho ESG e, assim, analisar se as empresas que divulgam a prática de ações de RSC e, consequentemente, apresentam score ESG, estão contribuindo para evitar ou minimizar os riscos ambientais, legais e sociais, representados pelas provisões.

Nessa perspectiva, Yu, Van Luu e Chen (2020) e Ruiz-Blanco, Romero e Fernandez-Feijoo (2021) discorrem sobre a prática de empresas em divulgarem, de forma exagerada, o seu desempenho ESG, uma vez que esses dados nem sempre passam por um processo de auditoria, comprometendo, assim, a confiabilidades das informações. Os autores citados evidenciam a importância em se ter transparência e governança corporativa para se obter uma divulgação de confiança frente às práticas e desempenho interligados ao ESG. Em outras palavras, parece ser contraditório uma empresa ter ótimo desempenho ESG quando há elevado montante de provisões reconhecidas.

Nesse sentido, a principal contribuição deste estudo, tanto em âmbito teórico como prático, reside na oportunidade de identificar se as empresas com score ESG e que apresentam provisões podem estar incorrendo em práticas de *greenwashing*, ou seja, estão reportando terem boas práticas (score ESG), no entanto, apresentam atividades que não condizem com essa realidade. Mais especificamente, o estudo visa preencher uma lacuna, na literatura correlata, ao dar foco em como as informações consideradas voluntárias refletem as informações financeiras (obrigatórias), pelo prisma das provisões. Em âmbito prático, pode possibilitar que os usuários das informações contábeis ponderem sobre o desempenho financeiro, ambiental, social e de governança das companhias, a fim de obterem melhores decisões de alocação de capital.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Teoria do *Disclosure* e Determinantes do *Disclosure*

O *disclosure* é compreendido como a divulgação de informações que visam atender às demandas dos stakeholders (usuários das informações contábeis), mediante a transparência corporativa. Essa divulgação pode ocorrer de forma compulsória ou voluntária (DYE, 2001). Nesse sentido, a Teoria do *Disclosure*, também conhecida como Teoria da Divulgação, vem sendo retratada dentro da literatura com o objetivo de analisar a qualidade informacional econômica e financeira das empresas (VERRECHIA, 1983; DYE, 1985).

Salienta-se, portanto, que não há uma proposta de teoria da divulgação padronizada, uma vez que ela se torna bastante abrangente, ao embasar-se na área de negócios, contemplada, neste contexto, pela contabilidade, economia e finanças. Além disso, o ecletismo é fomentado devido à mescla dos modelos econômicos e matemáticos, com a finalidade de identificar os fenômenos interligados ao *disclosure*. Conforme essa perspectiva, a Teoria da Divulgação está sustentada na proposta de abranger as informações não obrigatórias divulgadas pelas empresas (VERRECHIA, 2001).

As divulgações estão atreladas a distintos fatores, uma vez que têm como objetivo reportar informações que atendam aos diversos usuários (DANTAS, 2005; LOPES; MARTINS, 2005; IUDÍCIBUS, 2010). Nesse sentido, variáveis como tamanho da empresa, rentabilidade, endividamento, setor e governança corporativa foram verificadas e associadas como determinantes do nível de *disclosure* das companhias

No que se refere à variável tamanho, há uma tendência de empresas maiores buscarem divulgar mais informações em relação às empresas menores, isso porque, empresas maiores apresentam uma predisposição de terem mais exigências regulatórias. Portanto, ao divulgar maior quantidade de informações, as instituições buscam demostrar, de forma mais ampla, suas atividades, passando mais credibilidade aos stakeholders. Logo, ao fornecer informações detalhadas, com o propósito de reportar o desempenho financeiro, as empresas com um tamanho maior conseguem permitir a avaliação sobre o potencial de retorno sobre o investimento e, assim, atrair novos investidores (RICARDO, BARCELLOS; BORTOLON, 2017; BORGES JÚNIOR, 2019; DREMPETIC; KLEIN; ZWERGEL, 2019).

Outros estudos denotaram não haver relação entre o *disclosure* e a variável tamanho. Nesse sentido, Souza e Almeida (2017) verificaram que não poderia se estabelecer uma relação do tamanho com o nível de *disclosure* das companhias brasileiras de capital aberto listadas na B3. Adicionalmente, Silva, Araújo e Santos (2018) corroboraram esse resultado, visto que também não encontraram significância estatística entre a variável tamanho da empresa e *disclosure* de provisões e passivos contingentes.

No que diz respeito à variável rentabilidade, observa-se efeitos positivos e negativos sobre o *disclosure*. Silva, Araújo e Santos (2018) observaram que as empresas mais rentáveis não são, necessariamente, aquelas que mais divulgam informações sobre provisões e passivos contingentes. Uma possível explicação está relacionada ao fato de que a exigência legal de divulgação de provisões e passivos contingentes implica em custos adicionais, que podem afetar o desempenho da empresa, uma vez que há a possibilidade de conflito de interesses e expectativas dos acionistas/investidores em relação a uma redução potencial nos ganhos. Por outro lado, é possível que as empresas mais lucrativas já se diferenciem de seus concorrentes no mercado de capitais, devido a indicadores financeiros positivos. Por essa razão, elas podem optar por não divulgar todas as informações, caso percebam que isso poderia prejudicar seus resultados (SILVA; ARAÚJO; SANTOS, 2018).

Murcia (2009), Rover et al. (2012), Fernandes (2013), Dal Magro et al. (2015) e Ricardo, Barcellos e Bortolon (2017) reportaram que a variável rentabilidade não apresenta uma relação significativa com o nível de *disclosure* das empresas, indicando que independentemente da lucratividade, as empresas não estão, necessariamente, mais inclinadas a divulgar informações adicionais sobre suas operações, governança ou práticas ambientais e sociais. Em contrapartida, Ribeiro et al. (2019) evidenciam que a variável rentabilidade, atrelada como um fator explicativo do *disclosure* de passivos ambientais, apresenta uma relação positiva. Indo nessa mesma linha, Borges Júnior (2019) verificou que a rentabilidade está relacionada positivamente ao *disclosure*, assim como Sharma, Panday e Dangwal (2020) expressaram que a rentabilidade impacta o score ESG.

Diversos estudos têm abordado a relação entre alavancagem ou endividamento e divulgação empresarial. Fernandes (2013), Consoni e Colauto (2016) e Souza e Almeida (2017) descobriram que quanto maior a alavancagem das empresas, menor é o grau de divulgação. Empresas com alto endividamento podem evitar divulgações, ao perceberem que as informações reportadas podem comprometer a sua capacidade de obtenção de financiamento. No entanto, uma visão oposta é apresentada por Borges Júnior (2019), que aponta que a alavancagem está positivamente associada à publicação do relatório de sustentabilidade. No mesmo sentido, Elafify (2021) identificou uma correlação positiva entre alavancagem e divulgação de sustentabilidade corporativa.

Por sua vez, Murcia (2009) e Dal Magro et al. (2015) não encontraram uma relação significativa entre o endividamento e a divulgação. Da mesma forma, Rover et al. (2012) destacaram que o endividamento não explica a divulgação ambiental em empresas brasileiras com alto potencial poluidor. Também não há uma definição sobre a alavancagem influenciar o score ESG, uma vez que Rahman e Absayegh (2021) encontraram uma relação positiva, ao passo que Sharma, Panday e Dangwal (2020) e Crespi e Migliavacca (2020) identificaram uma relação negativa.

Patten (2002) identificou que entidades que possuem sensibilidade à legislação ambiental potencial tendem a divulgar em maior quantidade do que empresas de setores menos sensíveis ao meio ambiente. Logo, regulamentações específicas, priorização da reputação, sensibilidade aos stakeholders são alguns dos fatores que induzem as empresas de determinados setores a apresentarem maior *disclosure* (MURCIA, 2009; CONSONI; COLAUTO, 2016). No entanto, há estudos que não corroboram com essa perspectiva, como mostra Sharma, Panday e

Dangwal (2020) que constataram não haver uma relação direta entre o setor de uma empresa e o nível de divulgação, pois, algumas empresas, apesar de estarem no mesmo setor, em determinadas situações podem apresentar modelos de negócios diferentes e, assim, influenciar no nível de divulgação. Todavia, os resultados das pesquisas de Ricardo, Barcellos e Bortolon (2017) e Souza e Almeida (2017) indicaram que a variável setor não apresenta uma relação significativa com o *disclosure*, demonstrando que o setor no qual uma empresa está inserida não necessariamente será um fator determinante para o nível de divulgação.

Por fim, ao se considerar a variável governança corporativa, alguns estudos revelam uma relação positiva com o nível de *disclosure*, expressando uma tendência de empresas listadas em segmentos que refletem maior governança corporativa (transparência), divulgarem mais informações (MURCIA, 2009; CONSONI; COLAUTO, 2016; RIBEIRO et al., 2019). Em contraponto, com base na pesquisa de Fernandes (2013), observa-se que a adesão ao novo mercado teve um impacto negativo no nível de *disclosure* ambiental das empresas brasileiras. Essa constatação sugere que a transição para o novo mercado, a partir dos níveis 1 e/ou 2 de governança corporativa, pode ser a causa desse efeito negativo no *disclosure* ambiental. Isso ocorre porque espera-se que as empresas que aderem ao novo mercado adotem práticas de governança corporativa mais rigorosas, que incluem a redução ou eliminação da assimetria de informações entre gestores e acionistas e, nem sempre, isso acontece. Por sua vez, Ricardo, Barcellos e Bortolon (2017) e Souza e Almeida (2017) demonstraram que não foi possível averiguar uma relação entre governança corporativa e o nível de *disclosure*.

2.2 ESG, Provisões e Hipóteses do Estudo

As ações corporativas voltadas para os aspectos ambientais, sociais e de governança são avaliadas para compor métricas de desempenho que correspondem aos scores ESG. O acrônimo ESG foi implementado no ano de 2004 por 20 instituições financeiras, em resposta ao sétimo secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Portanto, nota-se que o ESG é compreendido como uma ferramenta capaz de gerar benefícios para as empresas, promover um melhor desempenho financeiro, assim como reduzir a assimetria de informações (TAMIMI; SEBASTIANELLI, 2017; BUALLAY, 2019; RAIMO et al., 2021).

Ao se fazer a avaliação dos termos que compõem o ESG, verifica-se que a responsabilidade ambiental está diretamente relacionada aos conceitos de ampliação de desempenho ambiental e redução dos custos na produção (BROOKS; OIKONOMOU, 2018). Enquanto isso, a responsabilidade social está respaldada nos conceitos de ética, equidade e justiça (BAUMGARTNER, 2013). Por fim, compreende-se que a responsabilidade de governança abrange as perspectivas de melhoramento do sistema corporativo, estando ligada à concentração de propriedade, conselho de administração, remuneração executiva e ao mercado de controle corporativo (AGUILERA et al., 2007).

Um aspecto importante a ser considerado em relatórios tidos como voluntários e/ou que contenham informações consideradas não financeiras é o seu alinhamento com as informações financeiras (obrigatórias). Isso implica que não é coerente apresentar uma narrativa que evidencie que a empresa se preocupa com questões ambientais e sociais, caso as suas demonstrações contábeis revelem, por exemplo, elevado montante de passivos (provisões) ambientais, cíveis e trabalhistas.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 00 (Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro), compreende-se como passivo uma obrigação presente da entidade em transferir recurso econômico como resultado de eventos passados. Portanto, a existência de um passivo somente é satisfeita mediante a existência de uma obrigação presente resultante de eventos

passados, onde haverá a transferência de recursos econômicos (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS [CPC], 2019).

Entretanto, pode haver situações em que a obrigação é incerta. Nesse sentido, o Pronunciamento Técnico CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) estabelece que serão reconhecidos como provisões os passivos que apresentarem um desfecho futuro incerto quanto à sua exigibilidade. Esse desfecho está atrelado à mensuração ou ao prazo. Logo, verifica-se que as provisões apresentam uma probabilidade de exigibilidade ser líquida e certa maior do que não ser. Assim, torna-se um passivo provável. Além disso, ressalta-se que um passivo incerto, para ser uma provisão, precisa apresentar uma base de mensuração confiável (CPC 25, 2009).

De forma sintetizada pode-se dizer que as provisões são perspectivas de redução do ativo ou aumento do passivo, representando uma estimativa de alteração patrimonial. Logo, é possível dizer que existem diversas tipologias de provisões, tais como, provisões para garantias, de reestruturação, para riscos ambientais, cíveis e trabalhistas, provisões fiscais e/ou tributárias etc.

No tocante às provisões e passivos contingentes, diversos estudos vêm sendo realizados, a partir da necessidade de se conhecer a qualidade e a evolução da sua evidenciação, a ocorrência de reclassificações entre passivos contingentes e provisões, bem como os fatores que podem influenciar a divulgação e suas consequências econômicas, uma vez que tais itens parecem relevantes na contabilidade das empresas, como demonstraram Neves e Bonfim (2021).

Neves e Bonfim (2021), ao analisarem uma amostra de 391 empresas, perceberam que apenas 25% não contabilizaram nenhum tipo de provisão. Em termos gerais, verificaram que 260 empresas tiveram provisões trabalhistas, 233 reconheceram provisões cíveis, 207 contabilizaram provisões tributárias e 20 apresentaram provisões ambientais. Além disso, encontraram que no setor de comércio foram reconhecidas provisões nas esferas cíveis, trabalhistas e tributárias e que as provisões ambientais são frequentes em setores com atividades consideradas potencialmente poluidoras e/ou que utilizam recursos naturais.

Em relação à qualidade e evolução da evidenciação dos passivos contingentes e provisões, Cunha e Ribeiro (2016) e Pacheco et al. (2022) constataram que, apesar da evolução, ainda há divergências em se divulgar conforme exigem o CPC 25 e o IAS 37. Este fato pode estar atrelado ao não cumprimento dos padrões de evidenciação ou, até mesmo, devido às empresas não apresentarem passivos a serem evidenciados.

Oliveira, Minatto e Borba (2022) dedicaram-se a avaliar os efeitos da reclassificação de passivos contingentes no desempenho econômico-financeiro dos clubes de futebol brasileiros, durante o período de 2011 a 2018, ao passo que Borges e Rover (2022) analisaram as características das provisões e dos passivos contingentes e o reflexo da reconfiguração das contingências nas companhias abertas brasileiras listadas na B3. Estes estudos demonstraram que os passivos contingentes, ao se realizarem, trazem efeitos significativos para a lucratividade e a rentabilidade. Portanto, a possibilidade de realização dos passivos contingentes, apesar de não estarem reconhecidos no Balanço Patrimonial, pode trazer impactos econômico-financeiros.

Por outro lado, Fonteles et al. (2013), Pinto et al. (2014) e Acar e Ozkan (2017) avaliaram os fatores que influenciam a divulgação de passivos contingentes e provisões, bem como as consequências dessa divulgação. Nesse sentido, Fonteles et al. (2013) observaram que as variáveis: setor, segmento, tamanho, rentabilidade e liquidez estão diretamente interligadas ao nível de evidenciação das provisões, ao passo que Acar e Ozkan (2017) denotaram que o tamanho do conselho de administração influencia no reconhecimento das provisões, uma vez que empresas com conselho de administração maior tendem a apresentar maiores índices de

provisão. Pinto et al. (2014) reportaram que o lucro por ação, endividamento e provisão por ação apresentam uma relação positiva com o *disclosure* de provisões.

Silva, Araújo e Santos (2018) fizeram uma avaliação do grau de conformidade entre a rentabilidade e o *disclosure* de provisões e passivos contingentes ambientais das empresas de alto potencial poluidor listadas na B3, e constataram que nem sempre as empresas mais rentáveis são as que apresentam um maior número de divulgações sobre provisões e passivos contingentes. Essa constatação foi obtida, ao considerar a variável independente rentabilidade, a qual apresentou um coeficiente negativo e com significância estatística, portanto, denota-se uma relação indireta entre a rentabilidade e a variável dependente divulgação, sugerindo, dessa forma, que empresas mais rentáveis divulguem menos informações. Observou-se, também, que o tamanho não apresentou significância estatística, portanto, pode-se atribuir que não há relação entre a variável com o *disclosure* de provisões e passivos contingentes.

Ribeiro et al. (2019) investigaram se a ocorrência de passivo ambiental, reconhecido pelas empresas no balanço (provisão), está positivamente associada ao nível de *disclosure* ambiental das empresas do setor de energia elétrica listadas na B3. As autoras citadas encontraram a existência de uma relação positiva entre o nível de *disclosure* e as variáveis: tamanho, rentabilidade e a presença no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), e que as empresas que reconheceram provisão ambiental tinham inclinação em apresentar maior nível de *disclosure* ambiental.

Em outra perspectiva, Silva, Rover e Ferreira (2022) avaliaram os fatores que influenciam no montante evidenciado de passivos ambientais por empresas brasileiras listadas na B3, classificadas como potencialmente poluidoras, por meio da utilização das informações contidas nas demonstrações contábeis e notas explicativas do período de 2017 a 2019. Este estudo contemplou uma amostra de 182 empresas e os resultados inferiram que as instituições com mais contingências ambientais são aquelas que possuem mais passivos ambientais. Salienta-se que a variável de controle, tamanho da empresa, mostrou-se positivamente relacionada com o maior *disclosure* de passivos ambientais.

A evidenciação de provisões e contingências também foi relacionada com a qualidade da informação contábil, medida pelo valor empresarial e pela persistência dos lucros. Santos et al. (2023) tiveram esse objetivo e concluíram que as provisões e os ativos contingentes podem ser influentes para a qualidade da informação contábil e importantes para análise dos *shareholders* quanto aos lucros subsequentes, isso porque, os resultados apontaram associação entre provisões e lucros persistentes e entre ativos contingentes e redução dos lucros. Em outras palavras, as provisões tendem a gerar alerta aos resultados financeiros e confiança para os *shareholders*, diante da transparência empresarial, ao passo que os ativos contingentes, apesar de sinalizarem um cenário otimista, podem não ser um fator de interesse para *stakeholders* mais conservadores, pelo risco de ocultar cenários pessimistas.

Tendo em vista que o desempenho ESG (score) é decorrente da transparência das empresas (divulgação) quanto às suas práticas ambientais, sociais e de governança, é esperado que ele esteja relacionado ao desempenho econômico-financeiro e vice-versa. Essa relação pode ser explicada, por exemplo, por Flores et al. (2019), quando afirmam que as informações não financeiras (ambientais, sociais e de governança) podem ser consideradas como pré-financeiras, ou seja, se traduzem em desempenho financeiro no futuro. Por outro lado, Jost, Kroenke e Hein (2021), ao avaliarem a relação causa-efeito entre desempenho e divulgação, encontraram indícios de que as empresas, ao apresentarem melhor desempenho no mercado, tendem a mostrar melhores feitos sustentáveis (o que corresponderá a um maior score ESG).

Como pode ser visto, embora haja diversos estudos que abordaram as provisões, assim como aqueles que discorreram sobre o *disclosure* voluntário de ESG e RSC, seus fatores determinantes e consequências econômicas, há uma lacuna no que tange à relação entre o

reconhecimento de provisões e o desempenho ambiental, social e de governança das companhias. Observa-se que os estudos mencionados testaram as relações entre as variáveis econômicas, scores ESG e provisões, contudo, de maneira segregada e, muitas vezes, limitando-se a setores específicos e apresentando resultados contraditórios.

Pelo exposto, depreende-se que empresas com provisões reconhecidas tenham uma tendência em divulgar mais as práticas ambientais, sociais e de governança, no sentido de uma compensação ou legitimação perante a sociedade e/ou o mercado. Com isso, é esperado que tais empresas tenham um melhor desempenho ESG. Sendo assim, apresenta-se as seguintes hipóteses do estudo:

H1: o reconhecimento de provisões está positivamente relacionado ao desempenho ESG das companhias brasileiras listadas na B3.

H2: o reconhecimento de provisões está positivamente relacionado ao desempenho ambiental das companhias brasileiras listadas na B3.

H3: o reconhecimento de provisões está positivamente relacionado ao desempenho social das companhias brasileiras listadas na B3.

H4: o reconhecimento de provisões está positivamente relacionado ao desempenho de governança das companhias brasileiras listadas na B3.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é caracterizada como descritiva quanto ao objetivo, com abordagem quantitativa e procedimento técnico que envolve banco de dados (dados secundários, obtidos de Demonstrações Contábeis publicamente disponíveis em base de dados).

3.1 Seleção da amostra

A população da pesquisa contempla as companhias abertas brasileiras listadas na B3, no período de 2014 a 2022, que apresentam score ESG na base Refinitiv, totalizando 97 companhias. A justificativa para determinação do período estudado está embasada em avaliar dados publicamente disponíveis e somente a partir do ano de 2014 houve o início da divulgação do score ESG. A escolha pela base da Refinitiv deve-se à acessibilidade.

3.2 Coleta de dados

Os scores ESG foram coletados mediante o acesso à base Refinitiv, a qual deixa explícito que a pontuação ESG é obtida conforme a avaliação dos dados publicamente disponíveis e auditáveis, disponibilizados pelas empresas. Os temas principais, avaliados para ponderação dos cálculos, são alocados em categorias, seguindo os três pilares do ESG. As pontuações ESG (scores) da Refinitiv são projetadas para medir, de forma transparente e objetiva, o desempenho, o comprometimento e a eficácia ESG relativos de uma empresa (REFINITIV, 2022).

Os dados são atualizados semanalmente, incluindo o recálculo das pontuações ESG. No entanto, em determinado momento, as pontuações são marcadas como definitivas para todos os anos históricos, excluindo os cinco mais recentes. Dessa forma, as pontuações definitivas permanecem inalteradas, mesmo que haja alterações nos dados subjacentes, devido a reformulações da empresa ou correções de dados (REFINITIV, 2022).

As demais variáveis, necessárias para as análises, foram coletadas da plataforma Economatica. No Quadro 1 elenca-se as variáveis utilizadas nos modelos econométricos.

Quadro 1 – Variáveis a serem utilizadas nos modelos econométricos

Variável	***Proxy***	**Sigla**	**Efeito Esperado**	**Autores**
Desempenho ESG	Score ESG	ESG	N/A	Drempetic, Klein e Zwergel (2019); Crespi e Migliavacca (2020); Sharma Panday e Dagwal (2020); Elafify (2021); Rahman e Alsayegh (2021); Abdi, Li e Càmara-Turull (2022); Martins e Cunha (2022)
Desempenho ambiental	Score ambiental	ENV	N/A	Crespi e Migliavacca (2020); Abdi, Li e Càmara-Turull (2022); Martins e Cunha (2022)
Desempenho social	Score social	SOC		
Desempenho de governança	Score de governança	GOV		
Provisões	Valor monetário da provisão reconhecida pela empresa *i* no ano *t*	PROVT	(+)	Ribeiro et al. (2019); Neves e Bonfim (2021); Borges e Rover (2022); Oliveira, Minatto e Borba (2022);
	Dummy de valor "1" para empresa *i* que possui provisão no ano t; e "0" caso não apresente provisão	PROVT_D	(+)	Ribeiro et al. (2019)
	Representatividade do valor total de provisão da empresa *i* no ano *t*, em relação ao valor total do ativo da empresa *i* no *t*, expresso em percentual	PROVT_AT	(+)	Ribeiro et al. (2019)
Tamanho	Logaritmo Natural do Ativo	AT	(+)	Murcia (2009); Rover *et al*. (2012); Fernandes (2013); Dal Magro *et al*. (2015); Rufino e Machado (2015); Consoni e Colauto (2016); Ricardo, Barcellos e Bortolon (2017); Borges Júnior (2019); Drempetic, Klein e Zwergel (2019); Crespi e Migliavacca (2020); Sharma, Panday e Dangwal (2020); Elafify (2021); Rahman e Absayegh (2021); Pinheiro *et al*. (2022)
Rentabilidade	Lucro Líquido / Ativo	ROA	(+)	Rover *et al*. (2012); Consoni e Colauto (2016); Silva, Araújo e Santos (2018); Borges Júnior (2019); Sharma, Panday e Dangwal (2020); Rahman e Absayegh (2021)
	Lucro Líquido / Patrimônio Líquido	ROE	(+)	Murcia (2009); Rover et al. (2012); Fernandes (2013); Dal Magro et al. (2015); Rufino e Machado (2015); Ricardo, Barcellos e Bortolon (2017); Elafify (2021)
Alavancagem	Passivo / Patrimônio Líquido	ALAV	(+)	Murcia (2009); Rover et al. (2012); Dal Magro et al. (2015); Consoni e Colauto (2016); Souza e Almeida (2017); Silva, Araújo e Santos (2018); Borges Júnior (2019); Crespi e Migliavacca (2020); Sharma, Panday e Dangwal (2020); Elafify (2021); Rahman e Absayegh (2021)

Setor	Vetor de variáveis *Dummy* que identifica os setores de atuação correspondentes das companhias da amostra	SETOR	(+)	Patten (2002); Murcia (2009); Consoni e Colauto (2016); Ricardo, Barcellos e Bortolon (2017); Souza e Almeida (2017); Panday e Dangwal (2020)
Governança Corporativa	*Dummy* de valor "1" para empresa *i* listada no Novo Mercado no ano t; e "0" para listagem em outros segmentos	SEG	(+)	Murcia (2009); Fernandes (2013); Consoni e Colauto (2016); Ricardo, Barcellos e Bortolon (2017); Silva, Araújo e Santos (2018); Ribeiro *et al*. (2019)

Fonte: Elaboração própria. N/A = não se aplica.

Como pode ser visto no Quadro 1, além das variáveis de interesse (desempenho ambiental, social e de governança), foram tomadas variáveis identificadas na literatura como determinantes do nível de *disclosure* e do score ESG.

3.3 Procedimentos de análise dos dados

Os dados foram analisados por estatísticas descritivas e regressão com dados em painel. A metodologia de regressão de dados em painel é uma abordagem estatística amplamente utilizada na análise de dados longitudinais, pois permite estudar as diferenças entre as variáveis em cada período e analisar a evolução temporal de um fenômeno. O objetivo principal dos modelos de regressão de dados em painel é analisar o comportamento de uma variável dependente (Y), que pode ser quantitativa ou qualitativa, com base no comportamento de variáveis explicativas (FÁVERO, 2016). Como tiveram dados ausentes ao longo dos anos para determinadas empresas, utilizou-se o painel desbalanceado.

O modelo econométrico genérico para os testes realizados é representado na equação:

$$ESG,t+1 = \beta i0 + \beta 1\ PROVTi,t + \gamma Controlei,t + \varepsilon i,t$$

Em que:
ESG,t+1: representa as variáveis para desempenho ambiental, social e de governança da firma *i* no ano *t+1*;
PROVT,t: representa as variáveis para as provisões totais reconhecidas nos relatórios da firma *i* no ano *t*;
Controle i,t representa as variáveis de controle para as características da firma *i* no ano *t*;
$\beta 0$ é o intercepto do modelo;
$\beta 1$ e γ são os coeficientes para as variáveis de interesse e variáveis de controle, respectivamente;
$\varepsilon i,t$ é o termo de erro.

Para tratar problemas decorrentes da heterocedasticidade e da autocorrelação, os modelos foram estimados com erros padrão-robustos. Os *outliers* foram tratados mediante o procedimento *winsorize* (winsorização) até o limite de 0,025. Como forma de verificar se os modelos estimados na pesquisa estão sujeitos a problemas de multicolinearidade, foi empregado o Fator de Inflação da Variância (VIF). Os resultados são apresentados e discutidos na próxima seção.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1 Estatísticas descritivas

Na Tabela 1 são apresentadas as estatísticas descritivas (média, desvio-padrão, mínimo e máximo) das variáveis utilizadas nos modelos econométricos. O número de observações para as empresas, no período de 2014 a 2022, totalizou em 526.

Tabela 1 – Estatísticas descritivas

Variável	Obs.	Média	D.P.	Mín.	Máx.
ESG	526	51,34	20,57	1,03	91,06
ENV	526	46,47	27,39	0,00	95,90
SOC	526	53,76	23,19	1,50	96,72
GOV	526	52,98	21,77	0,83	94,86
PROVT	526	1.682.232,00	2.173.244,00	0,00	6.881.638,00
PROVT_ATV	526	4,15	15,78	0,00	81,79
PROVT_D	526	0,94	0,23	0,00	1,00
AT	526	16,28	2,26	5,08	18,74
ROA	526	4,11	8,00	-81,49	23,60
ROE	526	7,37	30,61	-165,77	70,37
ALAV	526	221,55	259,42	0,00	1.553,97
SEG	526	0,72	0,45	0,00	1,00

Fonte: elaboração própria. Nota: variável PROVT em milhares de Reais.

Observa-se, na Tabela 1, que a média do desempenho ambiental, social e de governança das empresas da amostra ficou em torno de 50%, sendo o maior desempenho mensurado no score social. Entende-se que possa ser uma média esperada, tendo em vista a curva de aprendizado das empresas em relação aos aspectos implementados e divulgados no período analisado.

Quanto às provisões, as empresas demonstraram elevado montante, chegando ao máximo e à média de, aproximadamente, R$ 6,9 bilhões e R$ 1,7 bilhões, respectivamente. Vale destacar que foram computadas todas as provisões reconhecidas pelas companhias ao longo dos anos de 2014 a 2022, de curto e longo prazo, englobando provisões fiscais, tributárias, cíveis, trabalhistas, para garantias, de reestruturação, de benefícios a empregados, ambientais, entre outras.

Ainda no que se refere às provisões, identifica-se que pelo menos uma empresa da amostra apresenta, aproximadamente, 82% de provisões em relação ao valor total do Ativo e que essa relação atinge uma média de 4,15% de provisões em relação ao Ativo. Por fim, a média da *dummy* para provisão é de 0,94, o que sugere que 94% das observações da amostra reconheceram provisão. Esses resultados se alinham aos achados de Neves e Bonfim (2021), ou seja, de que a maior parte das companhias listadas na B3 reconhece algum tipo de provisão.

Em se tratando dos aspectos econômicos, os quais, neste estudo, foram tomados como variáveis de controle, fundamentando-se na literatura correlata de determinantes do *disclosure*, observa-se, na Tabela 1, que a amostra é composta de companhias endividadas e com rentabilidade média em relação ao Ativo de 4,11% e, em relação ao Patrimônio Líquido, de 7,37%. O valor obtido para a média da *dummy* de segmento de listagem é de 0,72, sugerindo que 72% das observações referem-se ao segmento do Novo Mercado, o que pode estar alinhado

à média do score ESG, uma vez que é esperado que empresas listadas neste segmento seja mais transparentes, isto é, apresentem melhores práticas de Governança Corporativa.

4.2 Relação entre o reconhecimento de provisões e o desempenho ESG

A relação entre as provisões, mensuradas pelo valor monetário, e o desempenho ESG revela aspectos sobre a gestão financeira e a responsabilidade corporativa das empresas, conforme evidenciado na Tabela 2.

Tabela 2 – Provisões mensuradas pelo valor monetário e o desempenho ESG

Variável	**ESG**	**ENV**	**SOC**	**GOV**
PROVT	6,93E-07	6,94E-07	-2,88E-07	1,89E-06***
AT	7,24***	9,52***	8,76***	1,12
ROA	0,23*	0,27	0,32**	0,07
ROE	0,01	0,06	0,01	-0,04
ALAV	2,68E-04	5,95E-03*	-1,26E-03	-3,97E-03
SEG	10,61***	8,03***	9,87***	15,49***
Constante	-75,12***	-117,82***	-91,27***	19,87
Ano	Sim	Sim	Sim	Sim
Setor	Sim	Sim	Sim	Sim
Obs.	526	526	526	526
VIF médio	1,72	1,72	1,72	1,72
R^2	0,30	0,35	0,29	0,15

Fonte: elaboração própria. Notas: *** significativo a 1%, ** significativo a 5% e * significativo a 10%.

Na Tabela 2, verifica-se que o tamanho da empresa apresenta relação positiva com o desempenho ESG. Em outras palavras, compreende-se que empresas maiores tendem a apresentar scores ESG mais altos, ou seja, melhor desempenho ESG. Ao se avaliar os aspectos de forma separada, denota-se que o tamanho da empresa apresenta uma relação positiva com o desempenho ambiental e social. Isso pode ser atribuído ao fato de que organizações maiores, geralmente, possuem mais recursos financeiros, tecnológicos e humanos para investir em práticas sustentáveis e responsáveis ambientalmente e socialmente. Portanto, o tamanho da empresa pode servir como um indicador de seu comprometimento com o desempenho ambiental e social.

A rentabilidade, medida pelo retorno sobre o Ativo (ROA), demonstra relação positiva com o desempenho ESG e com o desempenho social, e o nível de Governança Corporativa, representado pelo segmento de listagem, mostra relação positiva com o desempenho ESG, ambiental, social e de governança. A alavancagem tem relação positiva, apenas, com o desempenho ambiental. De outro modo, verifica-se que empresas com maior ROA tendem a ter melhor desempenho ESG e social, assim como empresas listadas em maior nível de Governança Corporativa (Novo Mercado), acrescentando, para esta última característica, melhor desempenho ambiental e de governança. Por sua vez, empresas mais alavancadas são as que apresentam melhor desempenho ambiental, mas não parecem ser aquelas com melhor desempenho ESG, social e de governança.

Esses achados corroboram os estudos acerca dos determinantes do *disclosure*, mais especificamente, dos determinantes do ESG, tais como, Drempetic, Klein e Zwergel (2019), Crespi e Migliavacca (2020), Sharma Panday e Dagwal (2020), Elafify (2021), Rahman e

Alsayegh (2021), Abdi, Li e Càmara-Turull (2022), os quais encontraram que variáveis como tamanho da empresa, rentabilidade e alavancagem estão relacionadas com o *disclosure* ESG ou scores ESG. Em contrapartida, contraria, parcialmente, os resultados de Ribeiro et al. (2019) no que tange à Governança Corporativa, uma vez que as autoras citadas encontraram que pertencer ao segmento do Novo Mercado não tem efeito significante sobre o score de divulgação ambiental.

No que tange às variáveis de interesse, o total de provisões demonstrou exercer efeito positivo somente no score de governança, confirmando a hipótese H4 para esta forma de mensuração das provisões. Isso significa que empresas com montante de provisões reconhecidas tendem a ter melhor desempenho de governança, ou seja, tendem a ter mais ações ligadas à transparência, responsabilidade e ética. Uma explicação para este resultado pode estar atrelada ao fato de que as empresas com elevado montante de provisões reconhecidas busquem minimizar os riscos e litígios, divulgando mais ações relativas às finanças, estrutura organizacional, processo de tomada de decisões, implementação de políticas eficazes para lidar com corrupção e adoção de padrões éticos a serem seguidos, inclusive, por seus colaboradores. As demais hipóteses não foram suportadas por resultados estatisticamente significativos para essa forma de mensuração das provisões.

Na Tabela 3, elucida-se a representatividade das provisões comparativamente ao Ativo total e sua relação com o desempenho ESG.

Tabela 3 – Provisões em relação ao ativo e o desempenho ESG

Variável	**ESG**	**ENV**	**SOC**	**GOV**
PROVT_ATV	0,09	0,06	0,05	0,18*
AT	7,94***	10,24***	8,41***	3,06***
ROA	0,23*	0,26	0,32**	0,06
ROE	5,88E-03	0,06	8,96E-03	-0,05
ALAV	1,37E-05	5,72E-03*	-1,24E-03	-4,58E-03
SEG	10,15***	7,54***	10,15***	14,17***
Constante	-85,69***	-128,75***	-85,95***	-9,70
Ano	Sim	Sim	Sim	Sim
Setor	Sim	Sim	Sim	Sim
Obs.	526	526	526	526
VIF médio	1,95	1,95	1,95	1,95
R^2	0,30	0,35	0,29	0,14

Fonte: elaboração própria. Notas: *** significativo a 1%, ** significativo a 5% e * significativo a 10%.

Os resultados apresentados na Tabela 3 apontam para as mesmas relações estatisticamente significativas encontradas na Tabela 2, inclusive para a variável de interesse, o indicador de provisão dividida pelo ativo, que demonstra exercer efeito positivo no score de governança. Em outras palavras, ao utilizar uma medida relativa de provisões, o resultado não muda e segue na linha de confirmação da hipótese H4.

Finalmente, pondera-se que a existência de provisões reconhecidas pode influenciar o desempenho ESG de uma empresa. Nesse sentido, tem-se a Tabela 4 com os resultados para essa relação.

Tabela 4 – Existência de provisões e o desempenho ESG

Variável	ESG	ENV	SOC	GOV
PROVT_D	-1,73	-4,38	-4,37	3,68
AT	8,03***	10,36***	8,53***	3,09***
ROA	0,23*	0,26	0,32**	0,06
ROE	3,00E-03	0,05	6,01E-03	-0,06
ALAV	5,86E-05	5,66E-03*	-1,32E-03	-4,31E-03
SEG	10,24***	7,94***	10,56***	13,60***
Constante	-85,65***	-126,80***	-83,87***	-13,77
Ano	Sim	Sim	Sim	Sim
Setor	Sim	Sim	Sim	Sim
Obs.	526	526	526	526
VIF médio	1,62	1,62	1,62	1,62
R^2	0,30	0,35	0,29	0,14

Fonte: elaboração própria. Notas: *** significativo a 1%, ** significativo a 5% e * significativo a 10%.

Novamente observa-se as mesmas relações estatisticamente significativas apontadas nas Tabelas 2 e 3, com exceção do score de governança. Tais resultados refletem que as provisões, mensuradas pelo valor monetário e relativamente ao Ativo, apresentaram relação positiva e estatisticamente significativa com o desempenho de governança, mas não apresentaram relação com o desempenho ESG, ambiental e social. Por sua vez, a existência ou não de provisões reconhecidas, medida pela *dummy* de provisão, não está relacionada com o desempenho ESG, ambiental, social e de governança, impossibilitando inferências acerca das hipóteses para esta forma de mensuração das provisões.

Os resultados dessas análises contrariam, parcialmente, os achados de Ribeiro et al. (2019), que confrontaram as provisões ambientais com o score de *disclosure* ambiental. As autoras citadas encontraram que empresas com provisão ambiental no balanço tendem a divulgar mais informações ambientais, que a grandeza da provisão ambiental importa menos que sua presença no score de *disclosure* e que a *dummy* de provisão ambiental foi a segunda variável mais relevante para explicar o nível de *disclosure* ambiental

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi relacionar o reconhecimento de provisões e o desempenho ambiental, social e de governança nas companhias abertas brasileiras listadas na B3 no período de 2014 a 2022.

Observou-se que variáveis tradicionalmente empregadas em estudos acerca dos determinantes do *disclosure*, tais como, tamanho, rentabilidade, alavancagem e nível de Governança Corporativa, representado pelo segmento de listagem, apresentaram relação positiva estatisticamente significativa com o desempenho ESG e/ou com pelo menos uma de suas dimensões de desempenho (ambiental, social e de governança) nos três modelos econométricos utilizados. Esses resultados confirmam os estudos que abordam a Teoria do *Disclosure*, demonstrando que empresas maiores, mais rentáveis e endividadas e listadas em nível mais alto de Governança Corporativa tendem a divulgar mais informações voluntárias, que, neste estudo, refletem melhor desempenho ESG, ambiental, social e de governança.

Em linhas gerais, os resultados das análises realizadas revelaram que o reconhecimento de provisões, mensuradas pelo valor monetário e comparativamente ao Ativo total, está

positivamente relacionado ao desempenho de governança das companhias brasileiras listadas na B3, confirmando a hipótese H4 deste estudo. A existência ou não de provisões, mensuradas por uma *dummy*, não apresentou relação significativa. Por outro lado, o reconhecimento de provisões não está relacionado ao desempenho ESG, ambiental e social, em nenhuma das formas de mensuração das provisões adotadas neste estudo, o que implica na rejeição das hipóteses H1, H2 e H3.

Uma observação interessante é que 94% das empresas da amostra possuem algum tipo de provisão reconhecida no período. Esse dado ressalta a importância de avaliar o reconhecimento de provisões e seu impacto no desempenho financeiro das empresas. Apesar disso, para as empresas da amostra, o reconhecimento de provisões não parece ser um fator determinante de maior divulgação voluntária, medida, neste estudo, pelo score ESG.

Algumas explicações para estes resultados podem estar ligadas a diversos fatores, como: ambiente institucional do país, mercado de capitais emergente, período ainda curto para uma avaliação consistente, por parte das organizações, dos aspectos relativos à sustentabilidade corporativa, ausência de *enforcement*, por meio de regulação e/ou asseguração para os relatórios de divulgação voluntária, busca por outras ações que minimizem os riscos e litígios nos negócios, sem que, necessariamente e temporariamente, reflitam efetivamente o desempenho ESG, maior preocupação com os reflexos financeiros presentes e futuros das provisões etc.

Não foi objeto de estudo e nem se pode afirmar que as empresas da amostra praticam *greenwashing*, uma vez que, mesmo tendo quase 100% de empresas com provisões reconhecidas e montantes na casa de bilhões de Reais, não foi identificada relação desses passivos com o desempenho ESG. Contudo, este estudo pode contribuir com insights acerca do assunto, adicionando à literatura correlata e levando os usuários das informações contábeis a ponderarem sobre o desempenho financeiro, ambiental, social e de governança das companhias, a fim de obterem melhores decisões de alocação de capital.

Os resultados deste estudo corroboram com as conclusões de Santos et al. (2023), que também identificaram que as provisões tendem a gerar alertas em relação aos resultados financeiros. Essa constatação reforça a importância de uma gestão adequada das provisões para garantir a transparência e a sustentabilidade financeira das empresas. Nesse sentido, os estudos envolvendo as provisões e os aspectos ESG devem continuar abarcando, por exemplo, uma análise por tipo de provisão e seu relacionamento com o desempenho ESG.

REFERÊNCIAS

ABDI, Y.; LI, X.; CÀMARA-TURULL, X. Exploring the impact of sustainability (ESG) disclosure on firm value and financial performance (FP) in airline industry: the moderating role of size and age. **Environment, Development and Sustainability**, v. 24, n. 4, p. 5052-5079, 2 ago. 2021.

ACAR, E.; OZKAN, S. Corporate governance and provisions under IAS 37. **Euromed Journal of Business**, v. 12, n. 1, p. 52-72, 2 mai. 2017.

AGUILERA, R. V.; RUPP, D. E.; WILLIAMS, C. A.; GANAPATHI, J. Putting the S Back in Corporate Social Responsibility: A Multilevel Theory of Social Change in Organizations. **The Academy of Management Review**, v. 3, n. 32, p. 836-863, jan. 2007.

ANDREU-PINILLOS, A. FERNÁNDEZ-FERNÁNDEZ, José Luis; FERNÁNDEZ-MATEO, Joaquín. Corporate governance in sustainability indexes: a Spanish case study. **Revista de Comunicación**, v. 19, n. 2, p. 7-28, 2020.

BAUMGARTNER, R. J. Managing Corporate Sustainability and CSR: a conceptual framework combining values, strategies and instruments contributing to sustainable development. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 21, n. 5, p. 258-271, 7 nov. 2013.

BERGAMINI JUNIOR, S. ESG, Impactos Ambientais e Contabilidade. **Revista Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, RJ, n.21, p. 46-54, 2021.

BORGES, B. C.; ROVER, S. Provisões e passivos contingentes: características e reconfiguração das demonstrações contábeis das empresas de capital aberto brasileiras. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 23, n. 1, p. 21-32, 29 abr. 2022.

BORGES JUNIOR, D. M. Relatório de sustentabilidade e desempenho das firmas brasileiras de capital aberto. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 18, p. 1-13, 7 mar. 2019.

BROOKS, C.; OIKONOMOU, I. The effects of environmental, social and governance disclosures and performance on firm value: a review of the literature in accounting and finance. **The British Accounting Review**, [S.L.], v. 50, n. 1, p. 1-15, jan. 2018.

BUALLAY, A. Between cost and value. **Journal of Applied Accounting Research**, v. 20, n. 4, p. 481-496, 9 dez. 2019.

CHRISTENSEN, D.; SERAFEIM, G.; SIKOCHI, A. Why is Corporate Virtue in the Eye of The Beholder? The Case of ESG Ratings. **The Accounting Review**, v. 97, n. 1, p. 147-175, jan. 2022.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2)**: Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de relatório Contábil-Financeiro. Brasília: CPC, 2019a. Disponível em: http://www.cpc.org.br

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Técnico CPC 25** – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Brasília: CPC, 2009. Disponível em: http://www.cpc.org.br

CONSONI, S.; COLAUTO, R. D. Voluntary disclosure in the context of convergence with International Accounting Standards in Brazil. **Review of Business Management**, v. 18, n. 62, p. 658-677, 18 out. 2016.

CRESPI, F.; MIGLIAVACCA, M. The Determinants of ESG Rating in the Financial Industry: the same old story or a different tale? **Sustainability**, v. 12, n. 16, p. 6398, 8 ago. 2020.

CUNHA, L. M. S.; RIBEIRO, M. S. A divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais pelas empresas do setor de energia elétrica em comparação ao desenvolvimento da

normatização da evidenciação contábil. **Revista Universo Contábil**, v. 12, n. 4, p. 86-106, dez. 2016.

DAL MAGRO, C. B.; MANFROI, L.; CUNHA, P. R.; NOGUEIRA, R. Fatores explicativos do nível de disclosure voluntário de empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA. **Registro Contábil**, Maceió, v. 6, n. 1, p. 92-109, dez. 2015.

DANTAS, J. A.; ZENDERSKY, H. Carlos.; SANTOS, S. C. D.; NIYAMA, Jorge. Katsumi. A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. **Revista Economia & Gestão**, v. 5, n. 11, p. 56-76, 2005.

DREMPETIC, S.; KLEIN, C.; ZWERGEL, B. The Influence of Firm Size on the ESG Score: corporate sustainability ratings under review. **Journal of Business Ethics**, v. 167, n. 2, p. 333-360, 27 abr. 2019.

DYE, R. A. An Evaluation of "Essays on Disclosure" and the Disclosure Literature in Accounting. **Journal of Accounting and Economics**, n° 32, p. 181-135, 2001.

DYE, R. E. Disclosure of Nonproprietary Information. **Journal of Accounting Research**, vol. 23, n° 1, p. 123-145, Spring 1985.

ELAFIFY, M. G. Determinants of Corporate Sustainability Disclosure: the case of the s&p/egx esg index. **Indonesian Journal of Sustainability Accounting And Management**, [S.L.], v. 5, n. 1, p. 81-90, 30 jun. 2021.

FÁVERO, L. P. **Análise de dados: modelos de regressão com Excel®, Stata® e SPSS®**. Elsevier Brasil, 2016.

FERNANDES, S. M. Fatores que influenciam o disclosure ambiental: Um estudo nas empresas brasileiras no período de 2006 a 2010. **Revista Ambiente Contábil,** v. 5, n. 2, p. 250–267, 2013.

FLORES, E.; FASAN, M.; MENDES, W.; SAMPAIO, J. O. Integrated reporting and capital markets in an international setting: The role of financial analysts. **Business Strategy and the Environment**, v. 28, n. 7, p. 1465–1480, 2019.

FONTELES, I. V.; NASCIMENTO, C. P. S.; PONTE, V. M. R.; REBOUÇAS, S. M. D. P. Determinantes da evidenciação de provisões e contingências por companhias listadas na BM&FBovespa. **Revista Gestão Organizacional**, v. 6, n. 4, p. 85-98, 2013.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JOST, J. P.; KROENKE, A.; HEIN, N. Relação entre desempenho sustentável e desempenho de mercado. **Race - Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, [S.L.], v. 20, n. 2, p. 183-208, 31 ago. 2021.

LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da Contabilidade**: uma nova abordagem, São Paulo: Atlas 2005.

MARTINS, M.; CUNHA, M. F. A Relação da Divulgação das Práticas ESG com o Valor de Mercado das Empresas Brasileiras de Capital Aberto. In: CONGRESSO USP DE CONTABILIDADE, 22., 2022, São Paulo. **Anais [...].** São Paulo: FEA/USP, p. 1-21. 2022.

MURCIA, F. D. R.; SANTOS, A. Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 3, n. 2, p. 72-95, mai./ago. 2009.

NEVES, C. G. F.; BONFIM, M. P. Panorama das Provisões e Passivos Contingentes das Empresas Brasileiras de Capital Aberto. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 82, p. 18-24, set-dez. 2021.

OLIVEIRA, M. C.; MINATTO, F.; BORBA, J. A. "Nada é tão ruim que não possa piorar": efeitos da reconfiguração dos passivos contingentes no desempenho econômico-financeiro dos clubes de futebol brasileiros. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 41, n. 3, p. 1-17, 11 out. 2022.

PACHECO, T.; PACHECO, T.; CAMPAGNONI, M.; ROVER, S. Alterações do disclosure de provisões e passivos contingentes ambientais na [B]³ e na NYSE após a adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil. **Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental**, v. 11, n. 2, p. 259-278, jun. 2022.

PATTEN, D. The relation between environmental performance and environmental disclosure: a research note. **Accounting, Organizations and Society**, v. 27, n. 8, p. 763-773, nov. 2002.

PINHEIRO, A. B.; LAMEU, E. V. M.; SAMPAIO, T. S. L.; SANTOS, S. M. Revisitando a relação entre desempenho financeiro e divulgação ambiental: uma análise comparativa entre brasil e holanda. **Race - Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 21, n. 1, p. 51-76, 29 abr. 2022.

PINTO, A. F.; AVELAR, B.; FONSECA, K. B. C.; SILVA, M. B. A.; COSTA, P. S. Value Relevance da Evidenciação de Provisões e Passivos Contingentes. **Pensar Contábil**, v. 16, n. 61, p. 54-65, 2014.

RAHMAN, R. A.; ALSAYEGH, M. F. Determinants of Corporate Environment, Social and Governance (ESG) Reporting among Asian Firms. **Journal of Risk and Financial Management**, v. 14, n. 4, p. 167, 8 abr. 2021.

RAIMO, N.; CARAGNANO, A.; ZITO, M.; VITOLLA, F.; MARIANI, M. Extending the benefits of ESG disclosure: the effect on the cost of debt financing. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 28, n. 4, p. 1412-1421, 11 mar. 2021.

REFINITIV. **Pontuações de ESG Refinitiv**. 2022. Disponível em: https://www.refinitiv.com/pt/sustainable-finance/esg-scores#t-score-range. Acesso em: 18 nov. 2022.

RIBEIRO, M. S.; SANTOS, E. S.; FREGONESI, M. S. F. A.; CUNHA, L. M. S. A Influência da Ocorrência de Passivo Ambiental no Environmental Disclosure Score da Bloomberg. In:

XIII CONGRESSO ANPCONT, 13., 2019, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: Anpcont, 2019. p. 1-18.

RICARDO, V. S.; BARCELLOS, S. S.; BORTOLON, P. M. Relatório de Sustentabilidade ou Relato Integrado das Empresas Listadas na BM&FBovespa: Fatores Determinantes de Divulgação. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 11, n. 1, p. 90-104, 2017.

ROVER, S.; TOMAZZIA, E. C.; MURCIA, F. D. R.; BORBA, José Alonso. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando análise de regressão em painel. **Revista de Administração**, v. 47, n. 2, p. 217-230, 2012.

RUFINO, M. A.; MACHADO, M. R. Fatores Determinantes da Divulgação de Informações Voluntária Social: evidências empíricas no brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 9, n. 4, p. 380-396, 26 jan. 2016.

RUIZ-BLANCO, S.; ROMERO, S.; FERNANDEZ-FEIJOO, B. Green, blue or black, but washing–What company characteristics determine greenwashing? **Environment, Development and Sustainability**, v. 24, n. 3, p. 4024-4045, 29 jun. 2021.

SANTOS, R. F.; SILVA JÚNIOR, F. J.; LOPES FILHO, L. L.; LEITE FILHO, P. A. M.; SANTOS, M. I. C. A Influência da evidenciação de provisões e contingências na qualidade da informação contábil. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 42, n. 1, p. 1-16, 10 fev. 2023.

SHARMA, P.; PANDAY, P.; DANGWAL, R. C.Determinants of environmental, social and corporate governance (ESG) disclosure: a study of indian companies. **International Journal of Disclosure and Governance**, v. 17, n. 4, p. 208-217, 1 ago. 2020.

SILVA, A. F. P.; ARAÚJO, R. A. M.; SANTOS, L. M. S. Relação da rentabilidade e o disclosure de provisões e passivos contingentes ambientais das empresas de alto potencial poluidor listadas na B3. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 17, n. 52, p. 101-118, 11 out. 2018.

SILVA, I. P.; ROVER, S.; FERREIRA, D. D. M. Disclosure de Passivos Ambientais: Uma Análise dos Fatores Que Influenciam o Montante Divulgado Por Empresas Potencialmente Poluidoras. **Revista Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 14, n. 3, p. 70-86, set./dez. 2022.

SOUZA, P.; ALMEIDA, S. Factors Related to The Brazilian Companies' Disclosure Level With Open Capital Listed on The BM&FBOVESPA. **Revista Universo Contábil**, v. 13, n. 2, p. 166-186, 30 jun. 2017.

TAMIMI, N.; SEBASTIANELLI, R. Transparency among S&P 500 companies: an analysis of esg disclosure scores. **Management Decision**, v. 55, n. 8, p. 1660-1680, 18 set. 2017.

VERRECHIA, R. Discretionary disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, v. 5, p. 179–194, 1983.

VERRECHIA, R. Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, n. 1-3, p. 97-180, 2001.

YU, E. P.; VAN LUU, B.; CHEN, C. H. Greenwashing in environmental, social and governance disclosures. **Research In International Business and Finance**, [S.L.], v. 52, p. 101192, abr. 2020.